

## **TOTALIDADE, DIALÉTICA, CAUSALIDADE, CLASSE: PALAVRAS ABOMINÁVEIS NA GENEALOGIA EM NIETZSCHE/FOUCAULT? ANTI-HISTÓRIA GENEALÓGICA E O INEVITÁVEL CONFRONTO COM MARX E SEU LEGADO NO ESTUDO DAS TOTALIDADES HISTÓRICAS E SEUS CONFRONTOS DE CLASSE**

TOTALIDAD, DIALÉCTICA, CAUSALIDAD, CLASE: ¿PALABRAS ABOMINABLES EN LA GENEALOGÍA EN NIETZSCHE/FOUCAULT? LA ANTIHISTORIA GENEALOGICA Y EL INEVITABLE ENFRENTAMIENTO CON MARX Y SU LEGADO EN EL ESTUDIO DE LAS TOTALIDADES HISTÓRICAS Y SUS ENFRENTAMIENTOS DE CLASE

TOTALITY, DIALECTIC, CAUSALITY, CLASS: ABOMINABLE WORDS IN THE GENEALOGY IN NIETZSCHE/FOUCAULT? GENEALOGICAL ANTI-HISTORY AND THE INEVITABLE CONFRONTATION WITH MARX AND HIS LEGACY IN THE STUDY OF HISTORICAL TOTALITIES AND THEIR CLASS CONFRONTS

**ARANHA, GERVÁCIO BATISTA**

Doutor em História pela UNICAMP, Professor da Universidade Federal de Campina Grande.

E-mail: [professorgerva@gmail.com](mailto:professorgerva@gmail.com)

### **RESUMO**

O trabalho visa demonstrar que a genealogia nos termos de Michel Foucault, apreendida por este último a partir de um mergulho na obra de Friedrich Nietzsche, é um campo alheio ao modo como a maioria dos profissionais da história pensa e pratica a sua disciplina, em particular os que se alinham com a tradição marxista, a qual inclui as contribuições de Marx e Engels na sedimentação do materialismo histórico e seu legado até os dias atuais. Acontece que a genealogia, ao apostar todas as fichas em acontecimentos históricos como meros produtos do acaso e do acidental, sem nexos causais, contextualizações históricas ou relações de força próprias do jogo dialético, se oferece como antípoda de qualquer viés historiográfico crítico. Não à toa, termos ou expressões como dialética, objetividade, totalidade parecem abomináveis a um genealogista. Por conseguinte, as premissas que norteiam o campo genealógico não são capazes de explicar um só tema marcado pela noção de totalidade e contradição, a exemplo de temas como a dominação colonial, as guerras mundiais e o mundo do trabalho em âmbito capitalista, entre outros, todos marcados por profundas contradições sociais. PALAVRAS-CHAVE: Legado Marxista, Totalidade, Classe, Anti-História, Genealogia

### **RESUMEN**

El trabajo pretende demostrar que la genealogía en los términos de Michel Foucault, apreendida por este último a partir de una inmersión en la obra de Friedrich Nietzsche, es un campo ajeno a la forma en que la mayoría de los profesionales de la historia piensan y practican su disciplina, en particular aquellos que se alinean con el marxismo. tradición, que incluye los aportes de Marx y Engels en la sedimentación del materialismo histórico y su legado hasta nuestros días. Resulta que la genealogía, al apostar todas las fichas a los hechos históricos como meros productos del azar y del accidente, sin nexos de causalidad, contextos históricos ni relaciones de poder propias del juego dialéctico, se ofrece como la antípoda de cualquier sesgo historiográfico crítico. No es casualidad que términos o expresiones como dialéctica, objetividad, totalidad le parezcan abominables a un genealogista. Por lo tanto, las premisas que orientan el campo genealógico no son capaces de explicar un solo tema marcado por la noción de totalidad y contradicción, tales como temas como la dominación colonial, las guerras mundiales y el mundo del trabajo en un contexto capitalista, entre otros, todos marcada por profundas contradicciones sociales

PALABRAS CLAVES: Legado marxista, Totalidad, Clase, Antihistoria, Genealogía

### **ABSTRACT**

This work aims demonstrate that the genealogy in the terms of Foucault, learned by him through his readings from Friedrich Nietzsche literary works, is a distant field to the way of how the majority of history professionals think and practices their subject, in particular those with the marxist tradition, which include Marx e Engels contributions to the sedimentation of historical materialism and its legacy even in the current days. As the genealogy proposes that all historic events happen by chance, with no connected causes, it is na opposition to a critical historical point of view therefore, expressions such as dialectic, objectivity, and totality seem to be hated by a genealogist. So, the premisses that rules the genealogist field are not able to explain even a single topic marked by the notion of totality and contradiction. Topic such as colonial dominação, world wars and the work in a capitalist sphere, for instance, all marked by deep social contradictions.

KEYWORDS: Marxist Legacy, Totality, Class, Anti-History, Genealogy.

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é demonstrar que a genealogia em Foucault, com premissas traçadas a partir de um íntimo diálogo entre este último e Nietzsche, se oferece como antípoda da historiografia em geral e da historiografia marxista em particular. De fato, o campo em questão nada tem a oferecer quando da exigência historiográfica de focalização dos acontecimentos históricos, passados ou presentes, em suas contextualizações ou motivações mais profundas. Basta considerar, para começo de conversa, que entre as premissas de que se valem os genealogistas com vistas à produção daquilo que denominam de “história efetiva”, se sobressai a máxima de que os acontecimentos históricos são desprovidos de origem, conquanto meros produtos do acaso ou do acidental. Na contramão da perspectiva genealógica, a hipótese aqui é que onde quer que se estabeleçam relações de poder, não raro como fruto da combinatória entre a dominação econômica e política, as quais por sua vez pressupõem dominação de classe, não haveria lugar para o acaso ou o acidente como fatores predominantes. Por assim dizer, essas relações de poder, assentadas na dominação de classe, não poderiam ser recortadas como objeto de escrutínio historiográfico sem um mergulho em suas motivações ou causas mais profundas. Assim, temas e mais temas ficam impossibilitados de um tratamento consequente caso dependam do olhar do genealogista nos moldes de Foucault.

O estudo comporta quatro subtítulos: no primeiro, far-se-á um mapeamento do significado de genealogia em conformidade com sua apropriação pelo filósofo francês Michel Foucault, isto como resultado do mergulho que este último realiza na obra de Friedrich Nietzsche, na esteira do qual serão apresentadas as premissas que dão sentido ao campo e seu consequente alheamento em relação à historiografia em geral e historiografia marxista em particular. No segundo, a análise recai sobre a precariedade das apropriações de Nietzsche acerca da historiografia oitocentista, tudo levando a crer que a noção de “história efetiva” esboçada por Foucault em se tratando do filósofo alemão, como a única concepção de história consequente, parece falaciosa, uma vez que é impossível conhecer a fundo as correntes históricas oitocentistas lendo Nietzsche, coisa que Foucault não diz palavra a respeito. No terceiro, temas como a dominação colonial e a “Grande Guerra” (leia-se 1ª Guerra Mundial), com marcas profundas na história moderna e contemporânea, temas recortados para fins de ilustrar o quão a genealogia é incapaz de dizer palavra a respeito, ao contrário, por exemplo, de profissionais da história alinhados com a tradição marxista ou com outras tradições historiográficas não alheias à ideia de objetividade e totalidade históricas. No quarto, o enfoque recai sobre a precariedade do enfoque genealógico, tal como pensado por Nietzsche, quando confrontado com o projeto moderno emergente em sua própria época.

## DA GENEALOGIA E SUAS PREMISSAS EM NIETZSCHE/FOUCAULT

Recorrente em todo o *panteão*<sup>1</sup> foucaultiano, a genealogia é frequentemente tomada como referência teórica em dissertações e teses a ela alinhadas. E, no entanto, genealogia parece figurar aí como uma espécie de nebulosa, em que não poucas pessoas a ela recorrem sem muita clareza de sua real significação. E mesmo aqueles que parecem atinar com seu significado a encaram com tal superioridade que não se dão ao trabalho de explicitá-la a contento, como se fosse o único a praticar uma escrita da “história efetiva”, não tradicional, como se não houvesse *salvação* fora do método genealógico. Mas afinal, em que consiste tal método? Um dos principais argumentos diz respeito à ideia de que o genealogista rompe com a “pesquisa de origem” e, por conseguinte, com a ideia de linearidade no campo da história, isto é, com a ideia de uma história evolutiva, contínua, marcada pela noção de progresso, tão cara à razão e cultura ocidentais, vale dizer, à tradição cultural no Ocidente.

Entretanto, isto não quer dizer muita coisa caso não se atente para o fato de que a recorrência ao método genealógico, ao menos no que se refere ao vínculo entre genealogia e história, requer um mergulho profundo na obra de Nietzsche, obra que serviu de referência ao próprio Foucault para elaborar o seu “Nietzsche, a genealogia e a história”, no qual pretende desconstruir - não seria destruir? -, um a um, todos os parâmetros que nortearam a prática historiadora ao longo de décadas, talvez de séculos. Um texto que, a nosso ver, padece de dois problemas seríssimos: de um lado, porque não explora sistematicamente (e nem poderia, dado o seu reduzido espaço) o acerto de contas de Nietzsche com mais de dois mil anos do pensamento ocidental - algo que vai de Sócrates/Platão a Hegel, passando evidentemente por Descartes e pelos filósofos das Luzes, entre outros - sem o qual é praticamente impossível entender a repulsa do filósofo do martelo para com uma prática historiadora não alinhada com pressupostos genealógicos; de outro lado,



porque não contém uma nota sequer esclarecendo que a história tradicional que estava na mira de Nietzsche diz respeito à presença marcante da filosofia da história, de Hegel em especial, em seu próprio tempo, e da Escola Histórica alemã, de forte tradição filológica, igualmente em seu próprio tempo, razão pela qual o texto referido, publicado originalmente em 1971, é marcado por inúmeras generalizações e está visivelmente desatualizado em relação à historiografia praticada nessas últimas décadas.

E ainda que Foucault tenha feito inúmeras referências à genealogia em outros textos, tais referências não têm uma relação tão direta com Nietzsche. Em “Genealogia e poder”, por exemplo, que é outro dos textos de sua *microfísica do poder* em que a palavra genealogia aparece algumas vezes, não há uma menção sequer a Nietzsche (FOUCAULT, 2017: 262 e seq.). E na obra *Em defesa da sociedade*, a qual reproduz vários dos cursos de Foucault dos meados dos anos 1970, Nietzsche é mencionado pouquíssimas vezes, e mesmo assim sem uma relação direta com o método genealógico. Na própria aula do dia 07 de janeiro de 1976, dedicada à análise da problemática da genealogia, com 20 referências a respeito, Nietzsche é mencionado uma única vez (FOUCAULT, 1999: 3-25). Isto parece corroborar com a fala do autor de *Vocabulário de Foucault...*, para quem o texto “Nietzsche, a genealogia e a história” é o único do pensador francês inteiramente voltado a explicar Nietzsche (CASTRO, 2009, 306).

Assim, não adianta buscar um envolvimento mais forte de Foucault com o viés genealógico onde ele não existe. Por exemplo, nas obras produzidas nos anos 1960, as quais compõem o que se convencionou chamar fase arqueológica do pensador francês. Nesses livros, que vai da *História da loucura* (1961) à *Arqueologia do saber* (1969), passando pelo *Nascimento da clínica* (1963) e *As palavras e as coisas* (1966), as menções à genealogia se revelam bastante esparsas. Na *História da loucura*, por exemplo, Nietzsche não é mencionado uma vez sequer, e a palavra genealogia, que aparece duas vezes, não tem qualquer relação com o pensador alemão. Enquanto isso, no livro *O nascimento da clínica* ocorre o inverso: Nietzsche é mencionado uma única vez (no Prefácio), e a palavra genealogia é um termo ausente. Na *Arqueologia do saber*, por sua vez, enquanto Nietzsche é mencionado seis vezes, mas sem maiores incursões pelo campo da genealogia, que é mencionada três vezes, eis que a novidade é a profusão com que a palavra arqueologia ou arqueológico (a) aparecem: mais de duzentas vezes.<sup>ii</sup>

E no livro *As palavras e as coisas*, embora a palavra genealogia apareça duas ou três, é sem uma relação com os propósitos genealógicos nietzschianos. E, no entanto, talvez haja interesse em saber que Nietzsche é bastante presente no livro, com mais de vinte aparições, só que o vínculo aí é com leituras críticas à metafísica, palavra mencionada mais de trinta vezes. É que o tom predominante na fase dita arqueológica, ao menos no texto em questão, não é a presença de Nietzsche para fins de um olhar sobre a história com base na genealogia e sim de uma aproximação com o pensador alemão como crítico por excelência da metafísica ocidental, em que o combate à metafísica é o combate ao universo dos saberes ditos científicos e sua força impositiva como parte de vontades de poder. Segundo Foucault, um combate que vai além das grandes representações da metafísica até a vigência da “episteme clássica” entre os séculos XVII e XVIII, pois a partir do século XIX a destruição das ilusões de verdade se faz com base na emergência de elementos empíricos da antropologia moderna. Daí que, para Foucault, enquanto até a “episteme clássica” predominava um saber assentado numa “imobilidade rochosa”, entendendo, por tal, representações universalizantes em torno da “essência humana”, a partir do século XIX entra em cena a “verdade antropológica do homem”, a qual aponta na direção de um “tempo finito”. Mas bem entendido, para Foucault, as duas temporalidades carregariam verdades ilusórias, sendo Nietzsche o responsável por incendiar os referidos saberes, pois apostou no retorno do super-homem no lugar da “finitude antropológica” e lançou mão da ideia de eterno retorno para fins de provocar uma curvatura na “grande cadeia contínua da história” (FOUCAULT, 1999: 461).

Mas tudo levando a crer que o método genealógico pode ser refutado independentemente de se operar um mergulho profundo em seus textos fundadores, a saber, vários fragmentos (aforismas) espalhados na obra de Nietzsche e no aludido texto de Foucault. É como se o próprio tempo houvesse se encarregado de esvaziar um método cuja razão de ser é dizer não a “indefinidas teleologias” e a “pesquisas de origem”, em que esta última, segundo Foucault, é recusada pela genealogia pelo fato de que buscar a origem é acreditar que é possível captar a coisa em sua “essência exata” ou em sua “forma imóvel e anterior a tudo que é externo, acidental, sucessivo” (FOUCAULT: 2017, 56 e 58). Trata-se de argumento falacioso se se considera que correntes avessas à genealogia, hoje na ordem do dia, não recorrem a “indefinidas teleologias” e ou à captação do real em sua “essência exata”, algo absurdo, como bem sabemos, até mesmo para o historicismo de caráter metódico no século XIX. A título de exemplo, a “History From Below” ou história “vista de baixo”, na Inglaterra, praticada por E. P. Thompson e Christopher Hill, entre outros; e a Micro-História italiana, levada a efeito por Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, entre outros, nada têm a ver o objeto da crítica genealógica. Se se trata de campos historiográficos que em nenhum momento abandonaram uma sólida base empírica e à admissão de uma escrita da história assentada em regimes de verdade, isto não significa que tenham sacrossantas na produção do conhecimento histórico.



## A GENEALOGIA EM NIETZSCHE: VISÃO DE TÁBULA RASA DA HISTORIOGRAFIA OITOCENTISTA

Um dos grandes problemas da interpretação de Foucault à genealogia em Nietzsche reside na falta de mediação para com o próprio tempo deste último, como se a historiografia no século XX fosse merecedora da mesma crítica que o filósofo alemão teria endereçado às concepções de história em sua época. Assim, a rejeição nietzschiana às concepções de história vigentes em sua época - quer se trate daquela relacionada à filosofia da história em Hegel ou daquela vinculada à filologia histórica praticada por Ranke e sua “Escola”, na Alemanha - costuma figurar como a última palavra sobre o assunto. E, no entanto, se Foucault tivesse realizado um escrutínio consequente em se tratando daquela rejeição, teria percebido que é impossível conhecer Hegel lendo Nietzsche. Na própria *Segunda consideração extemporânea*, texto de Nietzsche que aparece, aos olhos dos seus seguidores, como a menina dos olhos de um suposto acerto de contas do filósofo do martelo para com as concepções de história vigentes em seu próprio tempo, a rejeição acerca de Hegel é visivelmente carente de maiores aprofundamentos, em que as seis referências a Hegel parecem não estar à altura da grandeza do filósofo. O mesmo pode ser dito em se tratando de Ranke, nome por excelência da Escola Histórica Alemã, mencionado no referido texto uma única vez, e mesmo assim indiretamente, ainda que o leitor não tenha dificuldade em deduzir que se trata do renomado historiador alemão (NIETZSCHE: 2003, 41, 45, 54, 58).

E quanto a Karl Marx? Sobre este último, Nietzsche não dá mostras que o tenha lido, tampouco que ouviu falar na antiga filiação de Marx para com os hegelianos de esquerda e seu posterior acerto de contas com os irmãos Bauer (Bruno e Edgar) e com Max Stirne. Ora, se Foucault houvesse aprofundado a mediação referida, teria descoberto que, a despeito da impossibilidade de qualquer aproximação de Nietzsche para com a obra de Marx, era praticamente impossível que o primeiro não tenha ouvido falar da obra marxiana. Acontece que há décadas se tem conhecimento, pelo menos para leitores em língua alemã (original de 1939), das instigantes análises de Karl Löwith, com base nas quais ficamos sabendo que o “filósofo do martelo” leu intensamente Bruno Bauer e Max Stirner, com os quais Marx convivera quando de sua ativa participação na vertente novos hegelianos ou hegelianos de esquerda. Enfim, intelectuais alemães que despertavam o interesse de Nietzsche em razão de suas postulações visceralmente idealistas, extraídas de sua crítica à religião, ainda que, em se tratando de Stirne, eram leituras não assumidas publicamente, o que não o impediu, de um lado, de se encantar com um Stirne em sua tentativa de alcançar “o nada” e, do outro, de se apropriar de conceitos pertencentes ao círculo de Stirne, a exemplo de “além-do-homem”, com base no qual Nietzsche procurava caracterizar a vida cristã para fins de superá-la (LÖWITH: 2003, 218-219 E 232-233).

Mas quem eram os irmãos Bauer e Max Stirne? Ora, a “santíssima trindade” do idealismo alemão na suprema ironia de Marx e Engels ao acertarem contas, em *A sagrada família* e em *A ideologia alemã*, em meados dos anos 1840, para com os parceiros de poucos anos atrás. Marx precisou basicamente de cinco anos de estudos intensos - mais precisamente entre o ano de 1842, seu último ano no país de origem, e 1845-1846, período em que residiu em Bruxelas, não sem antes contabilizar uma turbulenta passagem por Paris, na qual chegou em 1843 e da qual foi expulso no começo de 1845 - para sedimentar sua concepção materialista da história e do comunismo. Nesse meio tempo leu Feurbach, como, por exemplo, *A essência do cristianismo*, obra de 1840; leu os radicais do pensamento crítico e socialista francês, a exemplo de *A organização do trabalho*, de Louis Blanc, obra de 1841; leu Proudhon, de *O que é a propriedade*, obra de 1840, com seus toques sobre a abolição da propriedade privada e noções de comunismo; leu Sismondi e sua crítica à “escola ricardiana”, com esboços sobre a emergência do proletariado; leu a obra *Sobre a essência do dinheiro*, de Moses Hess, com importantes reflexões em torno do “deus dinheiro”, fonte de inspiração para a “teoria judaica”, entre outras. O resultado de toda essa movimentação já se sabe: intensa produção de um conjunto de obras, algumas em co-autoria com Engels, publicadas em vida ou postumamente, cujo ápice, não sem antes passar pela *Crítica do direito de Hegel*, pela *Questão judaica* e pelos *Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844*, culmina com a produção das já mencionadas obras *A sagrada família* e *A ideologia alemã*, estas sim destinadas ao desmoronamento de todo o edifício social do idealismo alemão encarnado tanto em Hegel quanto nas *santíssimas* pessoas dos irmãos Bauer e Max Stirne (STEDMAN JONES:2017, 144 E SEQ.)

Em *A ideologia alemã*, por exemplo, há passagens memoráveis da demolidora crítica marxiana aos novos hegelianos, como no trecho em que estes afirmam que lutam apenas contra “freseologias”, ao que Marx e Engels retrucam: “esquecem apenas que a essas ‘freseologias’, não opõem nada além de freseologias”. Ou tal como em outro trecho memorável: “conforme os ideólogos alemães, a Alemanha teria passado por uma Revolução sem igual”. Ou seja, “foi uma revolução diante da qual a Revolução Francesa não passou de um brinquedo de criança (...)”. E, no entanto, “tudo isso teria ocorrido no campo do pensamento puro” (MARX E ENGELS: 2007, 84-85). Sendo assim, dificilmente Nietzsche, que tanta admiração tinha por aqueles que foram alvos do ataque de Marx com base em postulações visceralmente



materialistas, não sabia de sua existência, sendo mais provável que conhecesse essas “guerras de posições”, a despeito de seu silêncio a respeito.

Evidentemente que pouco se sabe a respeito das concepções de história oitocentistas lendo Nietzsche ou Foucault como seu intérprete. Neste último, por exemplo, a noção de “história efetiva”, buscada em Nietzsche, é apresentada como antípoda da historiografia oitocentista, uma vez que esta “pretende tudo julgar segundo uma objetividade apocalíptica; mas é que ela supôs uma verdade eterna, uma alma que não morre, uma consciência sempre idêntica a si mesma”. Com isto, a “história efetiva” ou história genealógica precisa, para se afirmar, destruir tanto a força da metafísica quanto as injunções do absoluto. E tudo isto para rejeitar energicamente a chamada objetividade dos historiadores como um elemento próprio da história não efetiva, porquanto tal objetividade, nos termos de Foucault, se oferece como uma espécie de “crença necessária na Providência, nas causas finais, e na teologia (...)” (FOUCAULT, 2017: 71 e 78)

A demolidora crítica endereçada por Nietzsche àquilo que Foucault denomina de história “não efetiva”, pode se revelar uma crítica vazia de sentido até mesmo para os historicismos predominantes no século em que viveu o pensador alemão. Refiro-me ao fato de que muitos dos reducionismos atribuídos às escolas históricas oitocentistas, vêm desmoronando nesses últimos anos, conquanto interpretados em novas bases conceituais. A título de exemplo, Leopoldo Von Ranke, da escola histórica alemã, já não é redutível à máxima da “história tal qual aconteceu”, frase que foi retirada de um contexto e isolada para se fazer esse tipo de leitura. Que o diga o mergulho na obra de Ranke, da parte do historiador alemão Jörn Rüsen, com vistas à refutação do argumento pós-modernista de que historiografia retórica e estética é o oposto da historiografia científica. Contrariando esse ponto de vista, unilateral segundo Rüsen, Ranke é um historiador cuja obra comporta as duas vertentes, deitando por terra, em sua análise, o velho mito em torno de um Ranke avesso à literatura, à imaginação historiadora ou a uma escritura da história que jamais extrapolaria o estritamente racional (RÜSEN, 2016: 85-102).

Subjetividade em Ranke? Entranho admitir isso no cientificismo reinante no século XIX? Afinal, é fato que Ranke não escondia sua paixão pelos arquivos, com declarações de amor para com as verdades que neles buscava. Quando da autorização obtida em meados dos anos 1830, na Alemanha, para acessar a documentação dos ministérios reais, escreve ao irmão de modo entusiasta: “O arquivo ainda está inteiramente virgem. Espero ansioso o momento de ter acesso a ele, de fazer-lhe minha declaração de amor, quer se trate de minha bela amada ou não”. Entretanto, não se tratava de uma paixão cega por tais “tesouros”, conquanto confessa sua pretensão de submetê-los a cuidadoso escrutínio: “podia tratar-se de uma falsificação; poderiam estar contaminados por interpolações; relatar somente um dos lados da história, por servilidade ou com o objetivo de auto-engrandecimento” (GAY, 1999: 224-225). Quer dizer, não resta dúvida que o pressuposto aí era a busca da verdade histórica, mas não uma verdade na base do documento falando por si, erigido à condição de espelho do acontecido e ponto final.

É que o profissional da história, visivelmente marcado por elementos de objetivação e subjetivação, está no comando, recortando, interessando-se, desinteressando-se, ligando os possíveis fios para compor a sua trama. Enfim, uma trama histórica cujas fontes só se revelavam imprescindíveis na medida em que havia um profissional para manejá-las e interpretá-las. Se Ranke exigia imparcialidade, admoestando o historiador a não erigir-se em juiz supremo do passado, evitando, desse modo, extrair significados para além do que as fontes de época permitiam, exigia igualmente que as fontes não fossem tratadas como meros repositórios com vistas à retenção de um amontoado de fatos particulares e acabou. Mais que isto, sua pretensão era “revivê-los em suas pulsações” para fins de serem integrados em quadros ampliados, ganhando assim “nova dimensão e significado mais alto” (HOLANDA, 1979: 14-15).

Claro que isto não retira, em se tratando de Ranke, a suspeição de que não havia que esperar da parte dele uma história produzida senão por lentes conservadoras. Por exemplo, o preconceito para com os povos fora da matriz romano-germânica, uma vez que o viés eurocêntrico por ele adotado levava forçosamente a considerá-los incultos e/ou incivilizados, fora da história. Mais um exemplo: o fato de que Ranke focaliza os vários aspectos nas sociedades estudadas de certo ângulo político, com destaque para as “minorias dominantes e governantes de cada país”. Por último, o medo que ele tinha de reformas, inclusive as provenientes “de cima” (HOLANDA, 1979: 30, 32 e 38).

Equívocos como o demonstrado em relação a Ranke estendem-se a outros historiadores oitocentistas, a exemplo de Johann Gustave Droysen, segundo nome mais importante da escola histórica alemã. Sem dúvida, um reconhecido filólogo, mas cuja obra não é redutível ao objetivismo próprio da erudição documental, porquanto comprometida igualmente com um quê poético. A despeito de seu profundo envolvimento com o que havia de mais conservador no tocante à unificação alemã, a chamada “via prussiana”, em relação à qual contribuiu tanto por sua participação como membro eleito para a Constituinte de 1948, com vistas à unificação do país, um projeto fracassado naquele momento, quanto com a escritura de duas obras marcantes em termos nacionalistas, a partir dos anos 1950: uma biografia do conde Yorck von Wartenburg, um proeminente militar prussiano à época das guerras contra a França de Napoleão



Bonaparte; uma monumental História da Política Prussiana, em 14 volumes. Mas comprometimento com certo projeto nacionalista à parte, Droysen chegou a produzir textos no âmbito da metodologia da história, em que passa a argumentar em prol de uma escrita da história que extrapolasse a mera dimensão metódica, conquanto centrada na dobradinha compreensão/pesquisa (ASSIS, 2010: 32-33).

Acrescente-se que em “Arte e método”, de 1868, Droysen argumenta claramente que história é simultaneamente um campo metódico e um campo com um quê poético, entendendo, por tal, a recorrência à arte de narrar incorporada ao texto de história. Assim, o historiador alemão sugere que “não seria sem interesse investigar o motivo profundo que leva [história] a ser a única dentre as ciências que tem a ambígua felicidade de também dever ser arte (...)”. Para Droysen, a ciência histórica é levada a lançar mão, e este é seu pressuposto científico, da comprovação das fontes, mas com a ressalva de que não são os passados que se colocam ante o historiador para possível aferição, “mas, em parte, resquícios deles, e, em outra parte, concepções a respeito deles”, razão pela qual a escrita da história não se oferece como conhecimento objetivo relativamente a um dado passado, mas apenas como uma representação possível a respeito (DROYSEN, 2010: 41-42).

Isto significa que bastaria seguir essa linha de raciocínio, aprofundando-a ao máximo, para refutar a genealogia na base mesma em que ela veio à tona, isto é, os fragmentos espalhados pela obra de Nietzsche e que foram recortados por Foucault no texto de 1971. Mas como o objetivo do presente artigo não é refutar Nietzsche a partir de pressupostos da historiografia oitocentista e sim refutar pressupostos nietzschianos nos usos feitos por Foucault, voltemos ao texto deste último. Assim, se o genealogista, nos termos de Foucault, busca não a razão - que esta, diz o filósofo, nasceu do “desrazoável” -, a verdade ou a essência, e sim o acidental, as astúcias, o disparate, as máscaras, os disfarces, tudo para afirmar a impossibilidade de uma realidade dada como detentora de uma identidade (FOUCAULT: 2017, 58-59), talvez fosse o caso de perguntar: o que impede um historiador não genealogista de explorar todos esses elementos, muito embora que com outros propósitos e outros objetivos? Ademais, todo este torcer de nariz às correntes históricas, no passado e no presente, não seria uma generalização absurda, facilmente refutada por um historiador não genealogista?

Mas a razão seria de fato tão “desrazoável” quanto apregoa o filósofo francês? Não estaria a confundir, como ocorre com os ditos pós-modernos, a razão iluminista com a chamada razão instrumental? Afinal, esta última é que fez da ciência um poderoso instrumento moderno em prol da consolidação do estado e indústria modernos. Na realidade, uma experiência totalizadora e brutal, uma vez que sujeitou o mundo da vida, com base em rigorosos processos de racionalização, a agressões próprias da dominação sistêmica, parecendo indicar que nada aí é casual ou acidental. Conforme estudos já clássicos da autoria de Jürgen Habermas, a saber, *A modernidade - um projeto incompleto* e *Teoria do agir comunicativo*, conforme instigante leitura de Paulo Sérgio Rouanet em seu *As razões do Iluminismo* - lidos em alemão, no original -, a razão instrumental esvazia o projeto moderno, de matriz Iluminista, já em seu nascedouro, naquilo que lhe era mais caro, a emancipação humana projetada em escala universal. Para Rouanet, toda dificuldade reside na não percepção de que a razão instrumental não pode ser confundida com a razão em seu sentido original. Ora, quando do advento da chamada crise da razão, em especial na esteira do movimentado 1968, quem entrou em crise foi exatamente a razão instrumental e não a razão emancipatória. Assim, o que deveria ser combatido diz respeito à razão sistêmica e não aquela que, mesmo incompleta, seria portadora de um potencial libertário. Com isto, o projeto moderno não poderia ser tomado como um “projeto falido”. Muito pelo contrário, advindo daí a exigência de que o projeto moderno poderia ser completado com base em um “novo paradigma” ou uma nova forma de razão, a chamada razão comunicativa (ROUANET, 1987: 13-14, 150 e seq.).

## O COLONIALISMO E A GRANDE GUERRA: O ACASO NÃO DETERMINA

As premissas que informam a genealogia se revelam completamente inócuas em se tratando da focalização de temas como os que foram sugeridos no subtítulo. Para começo de conversa, um profissional da história que resolvesse encarar o colonialismo não iria a lugar algum se se aproximasse dos genealogistas. Por exemplo, do colonialismo no Congo Belga entre o fim do século XIX e começo do século XX, o qual resultou em verdadeiros crimes de lesa-humanidade em pouco mais de duas décadas. Há que perguntar: o genocídio ali praticado também teria sido obra do acaso ou mero acidente? Na realidade, um genocídio perpetrado pela empresa assassina do Rei Leopoldo II, que praticou, em nome da *civilização*, aquela que pode ser considerada uma das mais brutais violências sociais dos tempos modernos antes do Holocausto nazista ou demais genocídios do século XX (ALENCASTRO, 2008: 167). Afinal, é ou não fato que o colonialismo belga no Congo ceifou centenas de milhares de vidas em poucos anos? Os números dessa carnificina são assustadores: “entre 1890 e 1900, calcula-se que anualmente quinhentos mil desses indivíduos sem nome e não registrados em parte alguma



sacrificaram suas vidas”. E enquanto ali pessoas “morrem aos magotes”, devoradas por inúmeras doenças - de malária à febre amarela, passando varíola, entre outras, ou de “fome, exaustão física e esgotamento”, as ações de uma estrada de ferro de Leopoldo, a “Compagnie du Chemin de Fer du Congo” se elevam de “320 a 2.850 francos belgas” (SEBALD, 2002, 128).

Nada de acaso, pois hoje sabemos das maquinações do Rei Leopoldo II para abocanhar um território imenso no coração da África, com mais de um milhão de quilômetros quadrados em torno do rio Congo, um dos maiores do mundo. E tudo isto como parte de um projeto audacioso, a criação da “Association Internationale pour l’Exploration et la Civilisation en Afrique”, a qual, lançada em grande estilo em setembro de 1876, ele, Leopoldo II, declara não “existir objetivo mais nobre do que esse que os reunia naquele dia, isto é, a abertura da última parte da terra até ali intocada pelas bênçãos da civilização”. Claro que não era nada disto, pois o que verdadeiramente ali se criou foi um dos capítulos mais tristes da história colonialista em África, em que as “riquezas inesgotáveis” ali existentes passaram a ser exploradas sem dó nem piedade pelo suposto *protetor* daquele território e de sua gente (SEBALD, 2002: 127).

Portanto, tudo de caso pensado, a exemplo das intenções de Leopoldo II na Conferência de Berlim, entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885, na qual o rei belga conseguiu emplacar o referido projeto. Acontece que Leopoldo II não se fez representar em Berlim sem uma preparação prévia com vistas à *negociação* em curso. Até porque, não bastasse pagar regamente um jornal francês para a propaganda contínua de seu projeto para a África, recorreu a pessoas poderosas e influentes para intermediarem ações diplomáticas em diversas frentes, nos Estados Unidos, França, Inglaterra e na própria Alemanha de Bismarck, sede da Conferência. O fato é que o “lobby diplomático” deu certo, pois quando a Bélgica sentou à mesa para negociar, já contava publicamente com importantes adesões, a exemplo dos Estados Unidos e da própria nação anfitriã (HOCHSCHILD, 1999: 85-97).

Portanto, nada ali ocorreu às cegas. Não à toa um dos intermediários no jogo diplomático em prol das intenções de Leopoldo II foi o jornalista britânico Henry Stanley, “um dos arautos da supremacia ocidental sobre os africanos”, o mesmo que anos antes, numa estação de trem de Bruxelas, fora recebido pelo rei como *herói*. Stanley, com sua cerrada propaganda colonialista em prol da suposta *cruzada civilizatória* de Leopoldo II, foi um dos baluartes daquele que se constituiu, na Conferência de Berlim, “num dos maiores trambiques diplomáticos de todos os tempos”, cujo corolário foi a tomada de posse, de modo privado, do imenso território que passou a se chamar o “Estado Livre do Congo” (ALENCASTRO, 2008: 162 e 170).

De maneira que não há lugar nessa dolorosa experiência para acasos, fatalidades ou desvios íntimos. Consequentemente, menos ainda para o esquecimento, nem mesmo de muitos estrangeiros que por lá passaram, a exemplo de George Washington Williams, um homem negro americano (advogado, escritor...), que após longo périplo pelo continente africano desembarcou no Congo belga em 1890, no qual pretendia colher materiais para produzir uma história do povo congolês, que supostamente estaria sob o manto protetor de uma empresa colonizadora diferenciada, a do Rei Leopoldo II. Afinal, o próprio Rei, que fora entrevistado algum tempo antes por George Washington Williams, lhe dissera o que esperava de seu empreendimento: “O que eu faço ali é feito como um dever cristão aos pobres africanos; e não tenho a intenção de ver devolvido um franco que seja de todo o dinheiro que gastei”. Mas ao conhecer de perto a realidade da gente negra no Congo, começou a perceber que o Rei Leopoldo não era o humanista apregoado, porém um assassino contumaz. Daí a carta aberta que escreveu ao Rei e da qual fez ampla publicidade, manifestando sua indignação ante o horror presenciado. Em que pese a repercussão da denúncia, a primeira de muitas outras, não foi dessa vez que Leopoldo II caiu no descrédito geral em nível de Europa. Em parte, por uma razão de fácil entendimento: George Washington era negro. (HOCHSCHILD, 1999: 112 e seq). Talvez não houvesse necessidade de dizer que o domínio colonial no Congo Belga, conforme demonstrado acima, é extensivo ao conjunto da experiência colonialista mundo afora, cujas ações de governantes e de grupos dominantes política e economicamente, têm endereço certo: dominar fatias e fatias de territórios para fins de colonizá-los econômica e mentalmente.

Isso não significa ausência completa do acaso nas sociedades humanas, uma vez que é perfeitamente possível que forças incontroláveis, para além da vontade dos homens, determinem o destino humano em inúmeras situações. Mas com a ressalva, sugerida por Reinhart Koselleck em esclarecedor ensaio sobre o tema, de que o acaso é uma categoria que só faz sentido quando localizada no presente, revelando-se inócua qualquer tentativa de ligá-la ao tempo transcorrido, porquanto deixaria de ser acaso se tal ocorresse. Em outras palavras, o acaso só adquire sentido se se apresentar livre de qualquer causação. Ou seja, o acaso remeteria, no argumento de Koselleck, a uma perspectiva a-histórica. Mesmo assim, não é uma problemática alheia à comunidade historiadora, muito embora com a ressalva de que foi bem mais presente no passado da própria historiografia, já que “a historiografia histórica moderna”, afirma o historiador alemão, “evita o acaso tanto quanto possível” (KOSELLECK, 2006: 147-148).



Marc Bloch, um dos maiores historiadores do século XX, aponta várias situações em que o acaso pode despertar a atenção do historiador. Considere-se que Bloch era contra a adoção de “falsas leis” para o campo da história, e isto pela simples razão de que elas seriam insustentáveis diante da “intrusão incessante do acaso” (LE GOFF, 2002: 17). Mas Bloch não aceita que o acaso determina tudo. Por exemplo, esqueletos de crianças aprisionados em pleno entulho, descobertos em escavações arqueológicas em cidades Sírias edificadas muito antes de Cristo, não estavam ali por acaso. O historiador francês esclarece: “Como não se poderia razoavelmente supor que essas ossadas estivessem ali por acaso, estamos, muito evidentemente, diante de restos de sacrifícios humanos, realizados no próprio momento da construção e a ela ligados” (BLOCH, 2002: 66).

Nos termos de Bloch, não há que negar que em história há o imprevisível e o acaso, inclusive porque se tratam de contingências cujo encontro com as “grandes cadeias causais” buscadas pelos que fazem a ciência da história não implicam em sua eliminação. Entretanto, não parecem capazes de se interpor na busca dos historiadores por causas profundas quando da recorrência a testemunhas não “sujeitas às fragilidades da percepção momentânea”. Até porque, “o que existe em história de mais profundo bem poderia ser também o que existe de mais seguro”. Bloch fornece um exemplo magistral de evento em história em que não haveria imprevisibilidade ou acasos com potencial explicativo: “Numerosos fatores, muito diversos e muito atuantes, que desde logo um Tocqueville soube vislumbrar, haviam preparado há muito tempo a revolução de 1848 - esse movimento tão claramente determinado (...)” (BLOCH, 2002: 99).

Não se trata de negar o acaso na história vivida, mas de alertar que não se deduza daí que ele abarca profusamente a história. Acontece que na história, a despeito dos acasos, ocorrem em profusão o cálculo, o planejamento, o ordenamento sobre a vida humana. Ou, dizendo melhor, tentativas nessa direção. E, claro, a sua contraparte, o engajamento, a resistência e a luta por direitos da parte dos oprimidos. Uns planejados, sem dúvida, outros nem tanto. Sob o capitalismo, não há acasos quando toda uma massa em situação de subalternidade começa a movimentar-se, conforme pensada por Gramsci, numa incessante luta pela emancipação numa perspectiva revolucionária e de classe, em que os grupos subalternos, em sua condição de classes oprimidas pelos detentores do capital e do bloco no poder, deixam essa condição de subalternidade ao encetarem a luta pela hegemonia (DEL ROIO, 2018: 169 e seq.).

Na melhor tradição do materialismo histórico ante os desafios para o século XX, Gramsci interage com o que há de mais consequente em âmbito marxista para propor algo novo no interior dessa tradição. Tal interação, a qual vai de Marx a Lênin passando por Rosa Luxemburgo, resulta um redirecionamento conceitual e político no tocante ao lugar ocupado pelos sujeitos da resistência, a saber, uma educação política com vistas ao enfrentamento da luta de classes. Afinal, em Gramsci, a luta de classe é pensada em chave diferenciada, a saber, uma luta preparada a partir de dentro da classe, fruto de um processo de altoeducação, a começar pelo esforço das classes subalternas em conhecerem sua própria história com vistas aos embates classistas rumo à revolução (SCHLESENER, 2018, 7 e seq.). Até porque, uma revolução requer, para que dê certo, uma organização educativa das massas proletárias. Assim, não basta tomar o poder de assalto, não sem dispor de um lastro organizativo no seio da sociedade civil, nada lembrando os pressupostos genealogistas.

Assim, é bem provável que o genealogista simplesmente abomine uma lição clássica de Antonio Gramsci, num texto de juventude intitulado “Indiferentes”, nos termos do qual a indiferença, ainda que passivamente, age poderosamente na história. Daí o “sardo” italiano confessar que odeia os indiferentes, esse “peso morto da história”. Sim, pois se muitos não se mantivessem indiferentes certos “nós” não seriam atados, certas leis não seriam promulgadas e certos homens jamais chegariam ao poder. Não fossem os indiferentes, nada disso pareceria uma fatalidade, quando na verdade apenas teria sido decorrente do absenteísmo de toda uma massa de homens. Assim, não fossem os indiferentes, a história poderia tomar outros rumos, talvez sem a necessidade dos atos de rebeldia e sublevação para derrubar aquelas leis indesejáveis e aqueles homens no poder não menos indesejáveis (UCHOA, 1985: 86-88). Desse modo, numa sociedade feita de cidadãos ativos e inteligentes, do tipo que toma partido, os acontecimentos nada teriam a ver com acaso ou fatalidade. Sem dúvida, um modo de pensar em fina sintonia com os pressupostos do materialismo histórico, uma vez que em linguagem marxista - do marxismo do tempo de Marx -, a classe que um dia reunirá as condições para abalar as estruturas do sistema capitalista é o proletariado, tomado por Marx como uma espécie de força material viva: “o coveiro do sistema”, conforme conhecida máxima de *O manifesto comunista*.

Eis mais um exemplo de tema acerca do qual a genealogia é inócua: a Grande Guerra entre 1914-1918. Ainda que insana, com um saldo de 10 milhões de mortos, nada da terrível catástrofe lembra uma obra do acaso, pois suas primeiras motivações começaram a ser gestadas no final do “longo século XIX”, um “século” que se estenderia de 1776 ao abismo de 1914 (HOBBSAWM, 1988: 13 e 15). Não obstante o conflito tenha se mantido em estado latente por anos a fio, isto em decorrência de inteligentes jogos diplomáticos, que conseguiam superar sucessivas crises, chegou o momento em que a Europa mergulhou no abismo (HOBBSAWM, 1988: 13-17). Assim, a partir de determinado momento “a guerra pareceu tão inevitável que alguns governos decidiram que a melhor coisa a fazer seria escolher o momento mais



propício (...) para iniciar as hostilidades” (HOBSBAWM, 1988: 171-174). Rigorosamente falando, o século XX só teve início de fato quando os chefes de Estado bateram o martelo em atendimento ao clima beligerante na ordem do dia.

Enfim, clima beligerante que em 1914 já não se explicava apenas pelas arengas imperialistas do último quartel do século XIX, mas pela emergência de ódios históricos entre determinadas nações europeias, ódios vivíssimos no começo do novo século, corroborados por posicionamentos *patrióticos* extremados, os quais eram praticamente uma unanimidade. Assim é que a Grande Guerra, uma vez deflagrada, não teria sido surpresa para ninguém. É que, sendo a Grande Guerra tomada como um acontecimento, às vésperas de sua deflagração, que liberaria “energias”, haja vista seu acolhimento pela maioria dos homens em idade para o combate nos países beligerantes, não parecia algo insuportável. Pelo contrário, pois o entusiasmo parecia geral, centrado inclusive no ideal, amplamente incutido na cabeça das pessoas, de que se tratava de uma “guerra patriótica”, logo, uma “guerra justa” (FERRO, 2014: 21).

É evidente que uma vez deflagrada, assim como ocorreria com qualquer outro acontecimento histórico, a Grande Guerra tomou rumos nem sempre programáticos. Afinal, era impossível saber quem sairia vencedor, quanto tempo duraria, quantas vidas humanas seriam sacrificadas, quais estratégias se revelariam mais eficientes, entre tantos outros atos e decisões revelados no calor da hora, uns de caso pensado, conscientes, outros simplesmente na base do desespero. É sabido que os países reconhecidos oficialmente como vencedores costumam tomar seus métodos como os mais eficazes. Ora, em se tratando da Grande Guerra, a França foi a grande vencedora ante à Alemanha, ao menos em termos oficiais. Isto é fato, mas como Marc Bloch esclarece no seu *A estranha derrota*, no qual analisa os fatores da derrota francesa para a Alemanha de Hitler em 1940, um desses fatores reside no erro francês em não perceber que os métodos que haviam dado certo na Guerra de 1914-1918 não passavam de métodos arcaicos no início da nova Guerra, isto é, em 1939-1940. Agora, com equipamentos bélicos obsoletos e meios de informação bastante precários, a França não era páreo para a Alemanha de Hitler. É que os alemães, ao contrário, faziam uma guerra de velocidade e de movimento e com recursos tecnológicos de 1939/40. Daí a imprevisibilidade com que os alemães surgiam em lugares inesperados em vários pontos do território francês. Ou seja, enquanto os alemães faziam uma guerra, explica Bloch, sob o “signo da velocidade”, condizente com o tempo da guerra hitlerista, os franceses apenas faziam “uma guerra de véspera ou de antevéspera”. A superioridade alemã era visível em tudo, seja na aviação, bem mais aparelhada, seja no uso de tanques, mais numerosos e dotados de maior poder de destruição. E quando a imprevisibilidade parecia ajudar de alguma forma, como no caso de um oficial francês que por acaso passou numa região infestada de tanques alemães, isto apenas demonstrava o quão precário era o sistema de informação do lado francês (BLOCH, 2011: 34, 36 e 40).

## A FALÁCIA DA GENEALOGIA FRENTE AO PROJETO MODERNO E SEUS CONFRONTOS DE CLASSE

Para a genealogia, a busca da verdade, já milenar, não passa da história de um erro. Foucault, em nome de Nietzsche, é de opinião que na busca da verdade há tão somente erros encobertos por um “veu”, bastando retirá-lo para que desmorone. Assim, um historiador não genealogista não se deixa impressionar por aquilo que é buscado pelo seu oponente: a) o acaso dos começos; b) as práticas maldosas; c) os acontecimentos com seus abalos e surpresas; e d) a história com suas intensidades e seus furores secretos (FOUCAULT, 2017: 59-60). Ora, conforme demonstrado em relação a algumas experiências mundo afora, a exemplo da Grande Guerra, muitas dessas premissas não se sustentam. Caso se pretendesse questionar o quanto há de maldade na história humana, para mencionar mais um exemplo de refutação às premissas aludidas, um historiador social, cujo foco, em seu vínculo indestrutível com a tradição marxista, é não perder de vista a história enquanto história da luta de classes, perguntaria: maldade da parte de quem com vistas a tal ou qual meta? Por exemplo, de um senhor de escravos, de um burguês do setor industrial? De quem, afinal? E se o genealogista busca acontecimentos com seus abalos e suas surpresas, fatalmente um profissional alinhado com a história social perguntaria: abalos provocados por quem, quais os sujeitos implicados nisso e com que fins agiram de tal ou qual modo? E se o genealogista busca na história suas intensidades e seus furores secretos, o questionamento não se faria esperar: Furores de quem contra quem em que momento da história? Por exemplo, nas guerras de religião? Nas guerras mundiais? Na “Guerra Fria”? Nos movimentos sociais de rebeldia? Nas guerras civis? Nas guerras anticolonialistas? Nas revoluções socialistas? Enfim, todo um repertório de questionamentos históricos e sociológicos da parte dos que, lançando mão de pressupostos dialéticos, em fina sintonia com a tradição marxista, refutaria as premissas genealogistas e seu medo intrínseco à história.

Se o genealogista, tal como Foucault o apreende em Nietzsche, busca a “dispersão do esquecimento”, sem qualquer linha de continuidade histórica, isto com base no argumento de que ao invés de continuidade há tão só o acidental, o desvio íntimo, os erros e os maus cálculos (FOUCAULT, 2017: 62-63) essa peroração toda talvez não resista a um



exemplo do tipo: os quase quatro séculos de escravidão em nosso país, de algum modo não explicariam o que somos? Não existiria uma verdade encerrada nesse doloroso passado - aliás, nada accidental e nada fadado ao esquecimento -, uma verdade contida na robusta significação aí produzida, largamente explorada por historiadores sociais? Exemplos como esse, os quais poderiam ser multiplicados por mil pela história humana afora, deitariam por terra o torcer de nariz do genealogista à continuidade histórica. De modo que as principais premissas que dão sustentação à genealogia em Foucault, nos termos do qual a história só se torna “efetiva” se se obstinar na rejeição de “sua pretensa continuidade” (FOUCAULT, 2017: 72), se revelam frágeis como meio de explicação/compreensão historiográfica.

Em princípio, nenhum historiador seria contra a ideia de que a história é feita de descontinuidades. Porém, a história também é feita de continuidades, razão pela qual, muitos dos profissionais não alinhados com a perspectiva genealógica aludida, concordariam em gênero, grau e número com a crítica de Paul Ricoeur ao Foucault de *Arqueologia do saber*, obra na qual este último radicaliza o pressuposto de que a história é feita de descontinuidades. Paul Ricoeur, refutando a dicotomia, argumenta em prol dos dois pressupostos (RICOEUR, 1997: 374-375).

O genealogista é aquele que pretende destruir toda a contaminação venenosa que envolve o corpo impregnado de história ao longo dos séculos. Em linguagem genealogista, só com o antídoto certo a essa carga venenosa é que o corpo poderia se mover em conformidade com as leis de sua fisiologia - leia-se: com seus elementos instintivos -, escapando à história. Nessa linha de raciocínio, a genealogia luta para obtenção de corpos libertos de tudo que na história os destroem enquanto seres instintivos, a exemplo dos condicionamentos normativos nos regimes de trabalho, lazer, alimentares, entre outros. Apenas os corpos que resistem a venenos como alimentos ou valores, é que estariam no horizonte do genealogista. Em outras palavras, corpos libertos seriam corpos que se manteriam em sua animalidade ou vida instintiva, ou seja, corpos que remeteriam a uma espécie homem próximo ao estado de natureza, sem remissões a passados ou sem utopias finalistas, isto é, sem máscaras, sem disfarces ou pertencas identitárias (FOUCAULT, 2017: 72).

Foucault poderia ter endereçado a Nietzsche algumas perguntas básicas: afinal, de que planeta era o filósofo do martelo? Como um homem que viveu sua vida adulta na segunda metade do século XIX lança mão de ideias tão à margem de seu tempo? Que insistência é essa de Nietzsche por esse homem inexistente na história viva pelos séculos afora? Com certeza esse homem que estaria na mira do genealogista não existe para os profissionais da história. A história jamais prescindirá de homens que herdaram passados e/ou homens sonhadores. E a história tampouco prescindirá das pertencas identitárias, haja vista que as pessoas são seres de relações, condição que fatalmente reverbera na produção de pertencas. O problema é que a ordem burguesa e seu projeto de modernização, a qual marca tão profundamente a época de Nietzsche, jamais poderia ser compreendida a contento, em sua complexidade e em suas contradições, com base no aporte genealogista referido.

Acontece que a temporalidade em questão é marcada pela intensificação da vida em todos os seus aspectos, definida por Marshall Berman como a chegada do “turbilhão”: uma experiência avassaladora sob o capitalismo, uma experiência que “despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia”. De modo que, “ser moderno”, arremata Berman, “é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, ‘tudo o que é sólido desmancha no ar’”. Um sistema, enfim, marcado pela “industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes”. Também marcado por “descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu habitat ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas”, isto para citar o mínimo (BERMAN, 1986: 11-12)

E de uma época de intensa grandeza urbana, que mereceu da parte de Charles Baudelaire um olhar de perplexidade ante o “borbulhante tráfego” na emergente metrópole oitocentista, cujo ritmo frenético “transforma todo o ambiente moderno em ‘caos’”. De modo que o pedestre, ao ser envolto nesse ambiente caótico, é “um homem sozinho, lutando contra um aglomerado de massa e energia pesadas, velozes e mortíferas”. (BERMAN, 1986: 205). Logo, uma vida tão intensa que parece já não comportar os que envelheceram, a exemplo daquelas pobres anciãs visualizadas pelo poeta, atropeladas pelo ritmo feroz da cidade grande. Walter Benjamin, em sua interpretação de alguns temas em Baudelaire, esclarece o quanto era sofrível o locomover-se daquelas frágeis mulheres envelhecidas em meio aquela “massa compacta”. Assim, “destacar-se desta grande massa com o passo que não pode manter o ritmo, com pensamentos que nada mais sabem do presente - eis o heroísmo das mulheres engelhadas, que o ciclo As Velhinhas acompanha em sua caminhada” (BENJAMIN, 1991: 117). Portanto, uma verdade nua e crua em sua expressão lírico-poética, tal como numa estrofe do poema em questão: “No enrugado perfil das velhas capitais/, Onde até mesmo o horror se enfeita de esplendores/, Eu espreito, obediente a meus fluidos fatais/, Seres decrépitos, sutis e encantadores” (BAUDELAIRE, 2012: 462). Ou seja, em meio ao esplendor da grande e velha capital, a Paris do Segundo Império, não escapa ao olhar atento



e sensível do poeta, aqueles “seres decrépitos”, parecendo fantasmas, que deslizam sutilmente em meio ao frenesi das ruas.

E ainda de uma época cujo processo de industrialização entre os séculos XVIII e XIX, em especial na Inglaterra, berço da Revolução Industrial, impôs a toda uma massa de trabalhadores assalariados uma nova disciplina de trabalho, a doutrina segundo a qual tempo e dinheiro caminham de mãos dadas, com a ressalva de que isto não ocorre do dia para a noite, pois ainda há muita “indisciplina no trabalho” nas atividades puramente artesanais, a exemplo do trabalho nas olarias, isto em decorrência, segundo as justificativas de época, das seguintes motivações: de um lado, pela ausência de regulamentação das horas trabalhadas e, de outro, pela inexistência de máquinas, as quais certamente imprimiriam toda uma disciplina na efetivação do tempo de trabalho (THOMPSON, 1998: 284 e 291). Mas à medida que o regime de fábrica toma corpo, abandona-se a antiga noção de tempo baseada no que fazer cotidiano, para submetê-la aos ditames da disciplina industrial que instituiu o tempo cronometrado dos relógios, um tempo centrado no argumento do não desperdício. Agora, nada de passar o tempo à toa, como parece ser o caso do povo Nuer, para o qual, em conformidade com estudo do antropólogo inglês Evans-Pritchard, apropriado por Thompson, a noção de tempo no dia a dia era ditada pelas tarefas pastorais, sem as injunções próprias de um sistema de abstração temporal (THOMPSON, 1998: 269 e 302). Ora, a nova disciplina do tempo é o avesso disso, em que a atividade laboral passa a ser supervisionado, incluindo multas e controle cronometrado das horas trabalhadas. Mas essa nova disciplina do tempo, cuja apreensão requer longas digressões de Thompson para explicar tanto as formas de controle externo do tempo quanto possíveis internalizações na mente da classe trabalhadora, não se institui sem resistências à nova disciplina no trabalho e suas jornadas implacáveis, a exemplo de lutas em prol de uma jornada de dez horas e não de doze horas, tão comum a muitos ofícios, de lutas pelo pagamento de horas extras etc (THOMPSON, 1998: 287 e seq.).

Nesse sentido, a ideia de liberdade é muito bem vinda para toda uma massa trabalhadora submetida a um capitalismo já tão avançado no século XIX, pois liberdade aqui remete ao direito de organizar-se enquanto classe, seja para a conquista imediata de direitos arrancados na luta com os detentores do capital, como, por exemplo, na histórica luta em prol da redução de extenuantes jornadas de trabalho, seja para a possível luta revolucionária com vistas à derrocada do sistema capitalista. Assim, parece fora de questão, ao menos para uma imensa massa trabalhadora, rejeitar o projeto moderno, isto em linguagem nietzschiana, em nome da transvaloração de todos os valores com vistas à superação de uma suposta cultura do bem e mal. Ora, para essa imensa massa de homens e mulheres acossados pelo sistema, o “mal” tem um nome: exploração ou submissão. A felicidade, quem sabe, reside em derrotá-lo ou, no limite, reduzir seus nefastos efeitos.

Ademais, aqui não há uma espécie de guerra de todos contra todos. Claro que há sim uma guerra, mas trata-se de uma guerra de classe, não raro sangrenta, a exemplo da luta dos trabalhadores em diversos países, ao longo do século XIX, pela redução da jornada diária de trabalho, inicialmente para dez horas, depois oito horas, tanto na velha Europa quanto nos emergentes Estados Unidos da América. Mas não uma guerra ao sabor do acaso, acidental, mascarada, disfarçada.<sup>iii</sup> Aliás, até que ocorreram mascaramentos e disfarces, mas não da parte dos trabalhadores e sim da parte dos poderes constituídos e suas manipulações para o encobrimento da verdade. Que o diga o fatídico início de 1886, na cidade de Chicago, a mais industrializada das cidades dos Estados Unidos à época, em que a burguesia industrial, por meio do braço armado da polícia, reprimiu violentamente uma manifestação de trabalhadores em prol da jornada de oito horas e promoveu ali um verdadeiro banho de sangue, cujo epicentro, com um número incontável de trabalhadores assassinados, ocorreu três dias após a greve geral no dia 1º de Maio, nascendo assim os chamados “Mártires de Chicago”, em que o 1º de maio se institui como data que simboliza a luta dos trabalhadores pela conquista de direitos, surgido da repercussão do trágico episódio (DEL RIO, 1986: 53 e seq.).

Isto significa que debruçar-se sobre matérias vivas como no exemplo mencionado diz muito do trabalho do profissional da história. Nada a ver, portanto, com a ideia de que corpos libertos seriam corpos sem as máculas da história, livres da história e, por isso, livres da norma, isto é, corpos próximos ao estado de natureza, a qual implicaria, como parte da luta pela sobrevivência, numa espécie de guerra de todos contra todos, na base do salve-se quem puder. Trata-se de uma ideia absurda, a começar pelo fato de que decretaria a morte da dialética e, na esteira dessa morte, mataria igualmente as utopias e o sonho de um mundo melhor, passando uma esponja na luta por direitos e inclusões - vale dizer, por justiça social - ao longo dos séculos.

Ao invés de questionamentos como esses, relativamente ao projeto dito moderno à época de Nietzsche, Foucault não só não os endereça ao filósofo alemão, como corrobora em gênero, grau e número com propósitos genealogistas que ele conseguiu visualizar em seu mergulho na “filosofia do martelo”, em que algumas das “lições” genealogistas se oferecem literalmente como uma anti-história, aqui tomada no sentido do medo da genealogia para com a história do acontecimento em suas dimensões profundas e contraditórias, que não é senão a história das desigualdades sociais entre as sociedades humanas e no interior de cada uma delas e, por conseguinte, dos muitos desatinos ou barbarismos,



antigos ou modernos, perpetrados por quantos tiram proveito do status quo vigente. Mas claro, também é a história dos processos de resistência à manutenção ou reprodução desse mesmo status quo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Persistência de trevas” (posfácio). In CONRAD, Joseph. *Coração das trevas*. Tradução de Sérgio Flaksman. São PAULO: Companhia das Letras, 2008.

BENJAMIN, Walter. “Sobre alguns temas em Baudelaire”. In *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo - Obras escolhidas*, vol. III. Tradução de José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. 2 ed. - São Paulo: Brasiliense, 1991.

BERMAN, Marshall. *A aventura da modernidade: tudo que é sólido desmancha no ar*. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007 (8 reimpressões).

BLOCH, Marc. *A estranha derrota*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou ofício do historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

DEL ROIO, José Luiz. *1ª de Maio: cem anos de luta (1886-1986)*. São Paulo: Global Editora, 1986.

DEL ROIO, Marcos. *Gramsci e a emancipação do subalterno*. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

FERRO, Marc. *A Grande Guerra: 1914-1918*. Tradução de Stella Lourenço. Lisboa: Edições 70, 2014.

FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”. In *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão Técnica de Roberto Machado. 5 ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GRAMSCI, Antonio. “Indiferentes”. In UCHOA, Pedro Celso e Piccone, Paolo (orgs.) *Convite à leitura de Gramsci*: Rio de Janeiro: Achiamé, 1985.

HOCHSCHILD, Adam. *O fantasma do rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial*. Tradução de Beth Vieira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. “O acaso como resíduo de motivação na historiografia”. In *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LÖWITH, Karl. *De Hegel a Nietzsche: a ruptura revolucionária no pensamento do século XIX: Marx e Kierkegaard*. Tradução de Famarion Caldeira Ramos e Luiz Fernando Barrére Martins. São Paulo: Editora da UNESP, 2014.

MARX, Karl e Engels, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: BOITEMPO, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração extemporânea: da utilidade ou não da história para a vida*. Tradução de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa – tomo III*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papirus, 1997.

ROUANET, Sérgio Paulo Rouanet. *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

RÜSEN, Jörn. “Retórica e estética da história: Leopold Von Ranke”. In MALERBA, Jurandir (org.). *História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

SCHLESNER, Anita Helena. “Prefácio”. In DEL ROIO, Marcos. *Gramsci e a emancipação do subalterno*. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

SEBALD, W. G. *Os anéis de Saturno*. Tradução de Lya Luft. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

STEDMAN JONES, Gareth. *Karl Marx: grandeza e ilusão*. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.



---

THOMPSON, E. P. “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”. In *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

## NOTAS

---

<sup>i</sup> No presente texto, com exceção dos títulos citados, todas as demais palavras em itálico estão grifadas propositalmente com certo traço de ironia.

<sup>ii</sup> Evidentemente que não careci ler qualquer obra de Foucault de capa à capa para mensurar as vezes em que as palavras Nietzsche e genealogia despontam. Nada que um bom navegador para textos em PDF não facilite o que, de outra forma, se revelaria uma tarefa hercúlea, ainda que não impossível.

<sup>iii</sup> Aliás, até que ocorreram mascaramentos e disfarces, mas não da parte dos trabalhadores e suas organizações de classe e sim da parte dos poderes constituídos e suas manipulações para o encobrimento da verdade. Por exemplo, no processo-crime por ocasião do Maio de 1886 em Chicago, em que algumas de suas lideranças foram sentenciadas à morte na forca em novembro desse mesmo ano, mas sentença anulada alguns anos depois em razão da “iniquidade do processo”, haja vista a infâmia do juiz e dos jurados, acrescido de falsas testemunhas (DEL ROIO, 1986: 62-63).

